



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ATÍLIO FRANCISCO / JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 17/11/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Bom dia a todos e a todas. Sob a proteção de Deus, vamos abrir a nossa audiência pública. Presidindo a nossa Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 31ª audiência pública, do ano de 2021, 7ª Temática aos projetos de lei: PL 669/21 do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que estima a receita fixa e a despesa do município de São Paulo para o exercício de 2022; e o PL 676/21 do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025 – PPA.

Terá como tema a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito – SPTrans; a Secretaria de Segurança Urbana; e o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito.

Informo que esta audiência está sendo de forma presencial e virtual e transmitida, ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparência/auditoriosonline e também pelo Youtube, pelo Facebook e pelo Twitter da Câmara Municipal de São Paulo.

As audiências vêm sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, desde o dia 21/10/2021; e foi publicada nos jornais: *Agora*, em 22/10/21; e *Folha de S. Paulo*, em 23/10/21; 25/10/21 e 03/11/21.

As inscrições para os pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo dia 22/10/21, endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual; e neste momento, presencialmente, junto à secretaria desta Comissão; e pelo canal Youtube endereço www.youtube.com/camarasaopaulo.

As demandas podem ser entregues junto à secretaria da Comissão, e podem encaminhar suas solicitações, por escrito, através do formulário disponível no *site* da Câmara Municipal de São Paulo e pelo e-mail: finanças@saopaulo.sp.leg.br

Informo também que todas as audiências públicas realizadas por esta Comissão poderão ser acompanhadas pelos canais digitais ou presencialmente, nos locais previamente agendados e divulgados, onde o acesso do público em geral será permitido mediante o uso obrigatório de máscara, aferição obrigatória de temperatura e segundo o cronograma vacinal

municipal, apresentação de comprovante de vacinação ou relatório médico que justifique o óbice a não imunização, conforme o art. segundo do ato nº 1504, de março de 2021, alterado pelo ato 1523, de outubro de 2021.

Informamos também que, na próxima quarta-feira, dia 18/11/21, realizaremos a 8ª audiência pública temática do Orçamento de 2022 e do PPA de 2022/2025, a partir das 10h, no Salão Nobre, tema: cultura, cinema e audiovisual de São Paulo.

Foram convidados para esta audiência: o Sr. Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito, que será representado pelo Secretário Adjunto, Sr. Alexandre Francisco, e está acompanhado da Sra. Maria Aparecida Isabel Martins de Aquino, responsável pela SMT/DAF; Donizete Santana Costa, responsável pela SMT/DAF, e o Sr. Roberto Lucca Molin, Diretor Financeiro da CET.

Essas pessoas que eu citei estão presentes? (Pausa)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Depois a gente vai chamando. Quem está presente participa, não é?

Sr. Valdemar Gomes de Melo, Presidente da SPTrans, que está acompanhado do Sr. Anderson Clayton Nogueira Maia, que está *on-line*, Diretor de Administração e Infraestrutura, e do Sr. George William Gidali, Diretor de Gestão da Receita e Remuneração; o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Desenvolvimento e Trânsito; a Sra. Elza Paulina de Souza, Secretária Municipal de Segurança Urbana; os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Presente o nosso Presidente, que chegou a tempo...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) - Por quê? Você não vai tocar? Vai ficar como participante?

-- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Não, mas eu só fiz a parte formal, V.Exa. faz a parte técnica. (Pausa) Então, Presidente Jair Tatto presente, que vai dar prosseguimento a

esta audiência pública. Passo a presidência, Sr. Presidente, aí V.Exa. faz as apresentações formais.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Atilio. Eu havia dito ontem que não conseguiria chegar às 10h e pedi a V.Exa.; deu certo, 10h30. Estamos em casa, nosso nobre Relator.

Passemos imediatamente, então, à apresentação da Secretaria de Transportes.

Temos a presença da Vereadora Janaína Lima, pelo sistema *on-line*; Vereador Marcelo Messias; Vereador Isac Felix; nobre Relator, Vereador Atílio Francisco, Relator da Lei Orçamentária Anual; e Vereadora Janaína Lima que é Relatora do PPA.

Então vamos, Márcia, segue aí.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quem representa aqui a Secretaria, Atilio?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – E quem está conosco?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretária, muito bem-vinda, muito obrigado.

Vamos começar pelo Transporte, que é o mais, vamos dizer assim, pujante, não é, nobre Relator? Do ponto de vista...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Razoável. Vamos lá. Quem está lá, então?

(Pausa) Donizete, quem vai fazer a exposição ou a fala?

O SR. VALDEMAR GOMES DE MELO - Bom dia, Presidente da Comissão, bom dia a todos os participantes.

Sou o Valdemar, estou falando pela SPTrans, estou acompanhado pelo Diretor de Administração Financeiro, pelo Diretor de Gestão, nosso Secretário Executivo Levi, com mais duas técnicas: Selma Quaresma e a Andrea Compre.

Vou passar a palavra para o Diretor George, para o Dr. Anderson, que é o Diretor Financeiro, para iniciar a fala com relação ao orçamento do sistema.

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA - Bom dia Vereador Presidente Jair Tatto, bom dia Vereador Bispo Atílio, bom dia a todos os presentes na audiência.

Meu nome é Anderson Nogueira, estou na Diretoria de Administração da SPTrans. Vou procurar ser sucinto nas minhas palavras, iniciando pelo nosso contrato de gestão com a Secretaria, para o qual nós solicitamos 491 milhões para fazer frente às nossas despesas no ano de 2022.

Entretanto, foi passado...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Valdemar, me permita, eu cometi um equívoco aqui, eu queria comunicar às pessoas que estão presentes que na fala do Valdemar nós aproveitamos para fazer as inscrições. No término, encerramos as inscrições presenciais. Ok? Desculpe, Valdemar. Continue, por favor.

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA - Seria, Presidente, para o contrato de gestão da SPTrans foi solicitado 491 milhões para que nós pudéssemos fazer frente às despesas no ano de 2022.

Essas despesas compreendem o reajuste salarial de 3,61%, uma seleção externa, compromisso com os aluguéis dos imóveis, modernização do próprio sistema da SPTrans, a fim de continuarmos prestando um serviço de excelência, acompanhando assim toda a tecnologia que o mercado tem e a SPTrans necessita para fazer a sua gestão. Mas foi encaminhado à Câmara o valor de 312 milhões. Diante disso, nós necessitamos de uma suplementação de 179 milhões.

Também foi solicitado para o serviço do Programa Atende 142 milhões, entretanto foi para a Câmara 120 milhões. Assim, necessitaremos de uma suplementação de 22 milhões.

Esse serviço é de extrema importância, porque é acompanhado de frente pelo Ministério Público e a sociedade civil. Nós tínhamos no passado uma ação civil pública que, não garantindo o serviço, daria uma multa para o Município de 1,256 bilhão, atualizado até o ano de

2017, agosto mais ou menos.

Para os serviços de operações dos terminais, nós pleiteamos 361 milhões, foi para V.Sas. 175 milhões e estamos com uma necessidade de 185 milhões. Isso faria frente à operação dos terminais e o serviço de bilhetagem, que são os postos de venda que cada terminal possui.

Construção de terminais de ônibus. Esse aqui, especificamente, faz parte das metas da Prefeitura, onde estão Itaquerá, São Mateus, Itaim Paulista e Jardim Miriam. Aqui nós temos uma necessidade de 107 milhões, por ser meta, nós precisaremos desses valores a fim de não atrasar o cumprimento.

Temos também ações para modernização do sistema de transporte. Uma necessidade de 3 milhões. Esse, especificamente, vai atuar diretamente na modernização da bilhetagem, que são trabalhos e equipamentos, sistemas, que atuam diretamente no combate à fraude.

Há a execução de um projeto que vai trabalhar no âmbito da engenharia da SPTrans e na fiscalização da manutenção dos veículos que integram o sistema de transporte. Então, nós temos, dentro do Complexo Santa Rita... Santa Rita, para quem não conhece, é onde está a nossa engenharia, da SPTrans. Foi uma garagem muito grande, onde operava a CMTC, e lá há um complexo em que são feitas a manutenção, a fiscalização e a auditoria dos veículos que integram o sistema de transporte. Então, esses veículos saem de todas as regiões de São Paulo e vêm para a Santa Rita, fazer a auditoria.

Inicialmente, esse projeto tem um braço que vai rumo a um posto na zona Sul e outro na região Oeste, que atenderia Oeste e Norte, mas o embrionário, em que entramos primeiramente, na frente, por contenção de gastos, é para iniciar pela Santa Rita e, posteriormente, faremos Sul e Oeste, não necessariamente nessa sequência. Aí, evitaria que os veículos viessem do Oeste ou do Norte, ou até mesmo do Sul, até a Santa Rita. Já seriam atendidos mais nas proximidades de onde eles operam.

Acessibilidade, ampliação, reforma e qualificação dos terminais de ônibus: nossa

necessidade... Nós pedimos 34 milhões. Foram concedidos, em dinheiro, pela Câmara, mil reais. Então, permanece a necessidade de 34. Esse trabalho, senhores, também está ligado àquela questão da ação civil pública, do Ministério Público, que obrigou o Município a tornar os terminais mais acessíveis. Então, nós estamos, já, na fase de finalização dos projetos executivos, na ordem de cinco milhões, e a diferença, de aproximadamente 29 milhões, seria para a execução das obras. Existe a questão de a PPP dos terminais... Eventual gasto da municipalidade com esse trabalho ou qualquer outro que seja voltado para os terminais... No próprio edital que fez a concessão dos terminais à iniciativa privada, há uma cláusula dizendo que eles têm de ressarcir o Município dos gastos que o Município fez e que eles terão o benefício.

Senhores, até este momento, eu estou conseguindo ser claro? Está sendo audível a minha voz?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito.

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA – Perfeito? Vou prosseguir.

Ampliação, reforma e requalificação de corredores: nós pedimos 195 milhões. Foi concedido... Foram parar na Câmara mil reais. Permanece a necessidade de 195 milhões. Neste pedido, senhores, constam 70 mil...

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA – Senhores, nesses 195 milhões está o segundo serviço mais conhecido, o serviço de tapa-buraco, que engloba tanto o serviço de tapa-buraco como a requalificação do pavimento rígido e do pavimento flexível nas faixas e corredores de ônibus. Compreende 70 milhões para o exercício de 2022.

Existe, também, a manutenção da rede da via aérea, que está no patamar de 46 milhões. São os serviços dos 201 trólebus que a cidade de São Paulo possui, geralmente, aqui, na região central, Higienópolis e Ipiranga. Existe um processo de instalação de pontos de abrigos, o qual está pendente de liberação perante o Tribunal de Contas e ele também está dentro desse valor de 195 milhões, num patamar de 45, de 40 milhões. E a diferença, aproximadamente 15 milhões, seria para nós utilizarmos ainda com as paradas de concreto, que

é um contrato que realizamos no ano de 2020, para fazer muitos pontos de paradas que são flexíveis. O ônibus, tanto na saída quanto na chegada, acaba na frenagem arrastando o asfalto. Aquilo ali danifica e precisa ficar fazendo manutenção. Instalando paradas de concreto ali, acaba com esse problema e economiza a manutenção desses locais.

A implantação do transporte hidroviário, nós solicitamos 12 milhões. Foi para a Câmara a proposta para votação de mil reais; necessidade, 12 milhões, e este também faz parte das metas da Prefeitura.

Implantação de faixas exclusivas de ônibus, também, solicitamos 24 milhões. Foi concedido um milhão. Então, nossa necessidade permanece ainda com 24 milhões.

Implantação de novos corredores também está na mesma questão, está no Programa de Metas da Prefeitura, há necessidade de 13 milhões.

Corredor Aricanduva, obras do BRT. Existe necessidade de 53 milhões, entretanto, foi para Câmara 7 milhões. Então, permanece a necessidade de 45 milhões. Este, também, meta da Prefeitura.

E o centro de integração do controle operacional do BRT Aricanduva, mas ele vai acabar integrando todo o sistema de transporte no futuro, solicitamos 254 mil, veio 250. Foi para a Câmara para votação 251, estamos com a necessidade de 3 mil reais. Esses são os principais objetos e programas da SPTrans na gestão e no investimento.

Agora, vou passar a palavra George Gidali, que está à frente da Diretoria de Gestão e Remuneração, que vai falar um pouco sobre a necessidade no sistema de transporte, propriamente dito.

O SR. GEORGE WILLIAM GIDALI - Bom dia a todos. Quero agradecer a presença de todos. Continuando, vou falar sobre a questão da necessidade do sistema de transporte. O Anderson falou sobre a questão da gestão da SPTrans, aqui falamos mais sobre a necessidade de compensação tarifária que subsidia o usuário do transporte coletivo na cidade.

Temos vivido agora, neste momento com a pandemia, um momento desafiador no sistema de transporte. Temos acompanhado muitas cidades com empresa sem condições de

continuar o serviço, a queda de demanda e uma necessidade da população de maior conforto no transporte.

Temos hoje uma queda de demanda ainda de 24% em relação à demanda pré-pandemia. Estamos operando com 93% da frota da situação de pré-pandemia, sendo que os bairros mais afastados, onde temos uma maior concentração de demanda até o metrô, o próprio comércio local, estamos operando com 97% da frota.

De qualquer forma, numa situação pós-pandemia, a SPTrans fez uma pesquisa interessante colocando que temos uma expectativa de uma queda de 14 a 15% da demanda e estamos trabalhando com esse panorama para o ano que vem, de uma queda de 14% de receita, numa situação pré-pandêmica. Alguns usuários colocam também, até encaminham para o sistema de transporte, desde que você aumentasse o conforto, o espaçamento dentro do veículo, e aumentar esse espaçamento, por outro lado, gera também uma maior necessidade de frota, de custo, dentro a situação que nós temos da necessidade orçamentária. Quando fizemos o orçamento no ano passado, a gente estava trabalhando com essa opção de queda de 14% de demanda. A gente chegou a uma necessidade de 4 bilhões e 600 milhões para poder manter o transporte, além da arrecadação tarifária, sendo que o valor que foi para Câmara foi dois milhões e 500, ou seja, um déficit de dois bilhões e 100 para as contas fecharem, basicamente na situação do transporte da parte do sistema, esse é o tamanho da necessidade.

Tivemos hoje uma reunião no gabinete do Prefeito, que é uma preocupação que todos os Prefeitos têm tido com relação ao transporte coletivo, nós temos pressões de custo muito grandes no sistema de transporte, como vocês sabem, o combustível, o diesel, tem subido muito dentro desse último um ano e meio, dois anos, chegando a subir 65%. Quando você fala em combustível, você está falando em 20% do custo do transporte, então 20% no custo do transporte já teve um aumento de 65%. A questão da própria inflação que está pressionando.

O último acordo coletivo que foi fechado com o sindicato dos motoristas em 7,65% de reajuste, isso que já foi teve um ano, o primeiro ano da pandemia, e o sindicato foi muito compreensível com a situação da garantia de emprego. Não teve reajuste, mas esse ano já teve

7,65 de reajuste na remuneração do salário dos operadores, dos motoristas, cobradores e demais funcionários do sistema.

E os Prefeitos dessa região, da região metropolitana que tiveram essa reunião, estão saindo dessa reunião, de tentar de novo conversar com o Ministério da Economia ou Senado Federal, com a Presidência, alguma forma de subsídio ao transporte de outros entes. Também subsidiarem o transporte coletivo porque na cidade de São Paulo onde temos um nível de gratuidade bem acima em relação as demais cidades. A gente tem a gratuidade para os estudantes em nível federal, estadual e municipal, além das gratuidades legais acima dos 65 anos, de forma que hoje o subsídio, a tarifa, numa situação pré-pandêmica, que chegou a 35% dos recursos subsidiados, hoje com a situação de pandemia chegamos a quase 50%, 45 a 50% dos recursos sendo subsidiadas pelos cofres municipais.

Então, em termos de gratuidade, só para situação de idosos, PCVs e estudantes a gente teve uma situação pré-pandêmica no valor de um bilhão e 900 milhões, pelo menos, que seria essa questão da gratuidade que nós estamos concedendo aqui na cidade de São Paulo. Na situação da pandemia reduziu um pouco esse número e acabamos chegando em torno de um bilhão e cem o transporte das pessoas com gratuidade, principalmente em função dos estudantes, que houve uma redução muito grande da quantidade de estudantes transportados, em função das aulas não presenciais, acho que no primeiro ponto é o que eu gostaria de estar passando para Câmara. A tarifa, antes da pandemia, quando a gente estava aqui sem o subsídio a tarifa já estaria em torno de 7,12 reais. Com essa queda de 14% de demanda, com esses aumentos difusos que houve no sistema, a gente está fechando esses números, mas o número tenderia a chegar a 9 reais, 9,50, se você fosse cobrar uma tarifa do usuário para você zerar esse subsídio. Acho que é isso no momento, acho que a Secretaria vai continuar a apresentação.

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA – Só para concluir a nossa fala aqui, em suma, com a fala do George e a minha, pediu 6 bi e 200 milhões, em números exatos. Foi para a Câmara para apreciação o valor de 3 bi e 200 milhões. Então, nossa necessidade, a somatória dela vem num montante de 2 bi e 900 milhões, em números exatos.

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA – Só para corrigir, o reajuste de pessoal foi 7,59. Só para corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá. Como vocês estão numa sala, só identifica o nome do Valdemar. O Anderson falou, o.k..

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA – O.k..

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Que é o Diretor de Administração e Infraestrutura. E agora falou o George.

O SR. GEORGE WILLIAM GIDALI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Que é Diretor de Gestão de Receita e Remuneração. Vocês falaram pela SPTrans ou pela Secretaria já também, pelo conjunto da Secretaria?

O SR. GEORGE WILLIAM GIDALI – Não, pela SPTrans.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora, temos CET e temos a Secretaria com um todo, não é isso? O Secretário designou o Alexandre Francisco, que está acompanhado da Marisa. É isso? (Pausa) Temos uma fala da CET? (Pausa) Vamos então deixar a Secretaria por último, invertamos a ordem. Tem a palavra o Júlio, pela CET.

O SR. JÚLIO FERNANDO SILVA – Aqui pela CET estou eu, que sou Gerente de Orçamento, e também está o Felipe Morrone, que é nosso Superintendente Administrativo. Nosso Diretor Administrativo, que era para estar presente, teve um imprevisto; mas vimos representando-o para falar em nome da CET.

O que nós temos para falar basicamente é o seguinte: atualmente, o nosso contrato com a SMT tem um modelo baseado em homens/hora. Há uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que a Prefeitura, através da SMT, tem que passar a cumprir. Então, para o ano que vem, a gente está mudando a modelagem do nosso contrato de prestação de serviço.

Foram elaborados produtos para que a gente possa continuar prestando um serviço para a cidade de São Paulo. De acordo com esses produtos, a necessidade da CET para poder ofertar esses serviços é, no total, da ordem de 1 bilhão e 400, dividida em três dotações. A

primeira é o serviço de engenharia, que seria uma necessidade de R\$1.074.564,00. Basicamente, esse serviço de engenharia, toda a nossa prestação de serviço operacional: pessoal que fica em campo fazendo o monitoramento do sistema viário, retirando todas as interferências, a equipe que fica dando suporte nos bastidores, na Central de Operações, no Centro de Monitoramento de Câmeras; e os nossos contratos operacionais seriam de painéis de mensagens variáveis.

Nós temos um contrato também com os Correios, que é para poder enviar as notificações de autuação e de penalidade e o contrato com o guincho, para efetuar as remoções de veículos estacionados irregularmente no sistema viário. Então, a soma de tudo isso é a nossa prestação de serviço, que é onerada na dotação do serviço de engenharia. Além disso, nós temos uma dotação que é a manutenção da sinalização do sistema viário. São todos serviços de sinalização, seja horizontal ou vertical, com locação de placas e lombadas. A gente tem um acordo com o Ministério Público, para regularizar uma quantidade de lombadas, que, ao longo do tempo, têm causado acidentes, inclusive fatais. E aí, objetivando a diminuição desses acidentes, essas lombadas irregulares estão sendo regularizadas e colocadas lombadas em locais críticos. Foram feitos levantamentos pela nossa área de planejamento e gerência de segurança de trânsito. Aí a gente tem essa necessidade também.

A outra dotação seria a sinalização e manutenção da sinalização semaforica, que são os semáforos da cidade de São Paulo. Então, somando essas três, a nossa necessidade é de 1,4 bilhão. E o orçamento que foi encaminhado pela Prefeitura para apreciação da Câmara não contempla todos esses valores. Então, há *déficit* aí, que a gente está pleiteando por mais, da gestão, identificando aqui nessa reunião também.

Só para os senhores terem ideia, o que foi encaminhado aí no projeto de lei foram 891.773, para o serviço de engenharia. Só para se ter ideia, esses valores são inferiores aos praticados, neste ano, em 2021. Então, a gente tem toda uma correção, a gente tem a correção dos contratos. Então, realmente é uma diferença muito grande. Então, considerando a nossa necessidade, de 1,74 para o que foi encaminhado, há um *deficit* aí de 182 milhões. É o que a

gente precisa na dotação, no serviço de engenharia.

Já na manutenção da sinalização do sistema viário, a nossa necessidade é de 275 milhões e 598 mil; e o que foi encaminhado para a Câmara são 92 mil. Então, nós temos um *deficit* aí de 183 milhões e 598 mil, e quanto à sinalização semafórica, a nossa necessidade está compatível com o que foi encaminhado para a apreciação da Câmara. Então, juntando aí esses dois valores, nós temos uma necessidade de 182 milhões para serviço de engenharia; e para manutenção da sinalização do sistema viário, 183 milhões. Essa é a necessidade da CET para o orçamento, para o exercício de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Seguiremos. Pela Secretaria, tem a palavra a Sra. Maisa.

A SRA. MAISA APARECIDA ISABEL MARTINS DE AQUINO – Eu sou Diretora da Divisão Administrativa Financeira da Secretaria Municipal de Transporte. Então, nossos recursos também foram encaminhados à Câmara numa necessidade inferior àquela que nós precisamos. Não é na ordem de bilhão, como é da SPTrans, mas ela vai interferir na prestação de serviço do próximo ano.

Nosso orçamento, na dotação do gabinete, foi liberado no valor de 15 bilhões. Só que, na folha, há seis bilhões. E o que sobrou para os contratos são nove milhões. Eu tenho um contrato de impressão, que custa sete. Então, estaremos descobertos. Há locação da sede e alguns contatos de manutenção de informática que estão descobertos com essa necessidade.

Implantação de projetos de redesenho urbano, nós precisamos de um valor – é a meta – de 62 milhões e foi encaminhada à Câmara mil reais. Só para criar a dotação. Material de consumo: 300 mil; sendo que 200 mil foi encaminhado.

São valores, assim, que não são tão expressivos quanto os da SPTrans e da CET, mas também vai interferir na prestação do serviço. De recursos para pessoa jurídica, nós precisamos de 12 milhões e foi encaminhado 5,6 milhões. Então estão faltando recursos também, 6 milhões.

De Desenvolvimento de Sistemas - que seria a contratação de serviços do DTP e

DSV Digital - nós precisamos de 34 milhões e só tem também a criação da dotação que é de mil reais.

De Serviço de Informática, 500 mil; só foi encaminhado trezentos. De Material Permanente, na parte de Informática também, para reestruturar toda a Secretaria, nós precisamos 1 milhão e foi encaminhado 200 mil. Serviços de Comunicação seriam 12 milhões, e foi encaminhado cinco e seiscentos.

E de ciclovias - na construção de ciclovias - nós precisamos de 60 milhões e foi encaminhado também, só para criar a dotação, são metas, né, e só foi encaminhado mil reais para cada Dotação dessas.

E, assim, tem a dotação que é do FMDT, que esse ano interferiu bastante por conta da pandemia, aí não teve a arrecadação da receita, nós temos uma dotação que está interferindo bastante que é a dotação da Manutenção do Tráfego, onde está incluído o contrato de radares. Nós temos um contrato, atualmente, por conta do Tribunal de Contas, que suspendeu a licitação, emergencial, estamos trabalhando com contratos emergenciais. O contrato emergencial é inferior ao contrato que deveria ser tratado, que está no Tribunal, aguardando liberação.

Então considerando o contrato que está para ser liberado no TC, e enquanto se contrata ele é implantado o serviço, temos de manter o contrato de manutenção da existente hoje, nós precisamos de um recurso de 443 milhões, e só foi encaminhado à Câmara cento e quarenta e oito. Não atende nem a necessidade do contrato que, hoje, seria cento e setenta e dois o contrato emergencial. E tem outros contratos também, que são inferiores ao que nós necessitamos.

A Educação do Trânsito também, que é outra meta, precisaremos de 39 milhões. Nós somos cobrados também pelo Ministério. E são 39 milhões, foram encaminhados 24 milhões. Então são valores inferiores ao que nós necessitamos.

Contrato também de Comunicação e Manutenção são 89 milhões a nossa necessidade e foi encaminhada 65 milhões, está pendente de necessidade 24 milhões na nossa dotação.

Ciclovias também, que está nessa dotação, são dez milhões para manutenção das ciclovias, só foi criada a dotação por mil reais. Então está faltando o valor quase que todo, 9,9 milhões. E de construção das ciclovias também. São metas, Meta 43 neste caso e precisaríamos de 15 milhões, foi só encaminhado mil reais.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Vamos agora à exposição. Obrigado pela vinda, de forma presencial, nossa querida Secretária Elza Paulina de Souza.

Secretária, tem uma exposição a ser feita no telão. Positivo. Tem a palavra, Secretária. (Pausa)

A SRA. ELZA PAULINA DE SOUZA - Bom dia a todas e a todos, ao Sr. Presidente desta sessão, na pessoa de quem eu cumprimento os demais Vereadores presentes, tanto *on-line* quanto aqui. Vereador Atilio Francisco, gratidão pela recepção e carinho conosco.

Eu vou começar fazendo a nossa apresentação. Por gentileza, pode passar.

- Oradora passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

A SRA. ELZA PAULINA DE SOUZA – Então, nós trazemos aqui todo o nosso orçamento. O orçamento da Secretaria que foi solicitado, 771 milhões, dos quais 85% são empregados na folha de pagamento.

Depois nós temos, tanto da apresentação de fixos do orçamento com relação à parte administrativa da Secretaria, o sistema de tecnologia da Secretaria, operacional, as instalações, a Defesa Civil e Junta do Serviço Militar, que compreende um valor de 700 milhões, também agregando a Operação Delegada, que faz parte do nosso orçamento.

Nós pedimos também, por meio do Decreto 57.647, o financiamento do BNDES. Para o ano de 2022, foram autorizados 71 milhões, entretanto o montante desse financiamento é de 136 milhões. Nós estamos pleiteando esse financiamento para ser utilizado nesses quatro anos. O nosso *deficit* é 36 milhões.

Cada valor gasto que nós apresentamos na primeira planilha está discriminado aqui: a Junta do Serviço Militar e as despesas fixas. O que nós apresentamos para a Junta de Serviço

Militar foi autorizado, sim, sem nenhum *deficit*, de maneira bastante redonda.

Com relação aos contratos continuados da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, nós temos um *deficit* de mais ou menos 1.566 reais.

No sistema de tecnologia e contratos continuados, hoje nós temos um orçamento de 4.600 milhões, o que é uma necessidade, e nós temos em caixa 565 mil reais.

Manutenção de Operação da GCM. Contratos continuados, 31 milhões. Contratos de manutenção de operação da Defesa Civil, 2 milhões e 45 mil, totalizando 42 milhões.

Este é o resumo total de tudo aquilo que é gasto na Secretaria, independentemente de ser dividido por pautas. Aqui está o que nós temos e o que nós precisamos para aquisição de mais 15 aeronaves remotamente pilotadas e drones, contratação da plataforma para o City Câmeras – e essa contratação tem que ser feita, não temos alternativas –, armazenamento em nuvens e a contratação de manutenção com a expansão de tecnologia para o aplicativo SP+Segura. O orçamento necessário são 4,6 milhões, e nós temos 565 mil em caixa, que eu já havia falado anteriormente.

Para a elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos da Cidade de São Paulo, que é uma obrigatoriedade da Defesa Civil, que ela tem que apresentar, o orçamento necessário é 1 milhão, 250 mil; nós temos 1 milhão, 235 mil.

Para o Plano Municipal de Segurança Urbana, que estamos em fase de finalização de elaboração, o orçamento necessário são nove milhões e não temos nem nada, estamos zerados.

Reforma das unidades em situações insalubres da Guarda Civil Metropolitana. Elencamos aqui apenas seis unidades que estão em realmente em condições insalubres, não há condições do efetivo permanecer lá, totalizando oito milhões. Hoje, o que temos para reforma de unidades são 600 mil reais. Manutenção para pessoal da GCM, como uniforme e equipamentos diversos, 13.800 milhões. Temos previsto 234 mil reais.

A última planilha, por favor. Esta planilha apresentamos o que poderíamos fazer se conseguíssemos o financiamento do BNDES. O principal objetivo nosso para esse financiamento

é a Academia de Formação de Segurança Urbana que, hoje, não comporta aquilo que é desenvolvido nela. Lamentavelmente, as nossas estruturas lá estão aquém das nossas necessidades e, lamentavelmente, também não conseguimos receber e adequar as salas de aulas. Então, toda a nossa academia seria readequada, a começar da própria administração até a sala de aula porque hoje não temos salas de aulas, por exemplo, com ar condicionado na academia. Então, para nós que temos aula oito horas por dia uniformizados, muitas vezes com todo o equipamento, é bastante insalubre.

O nosso objetivo também é a substituição da estante virtual que temos lá na academia por dois estantes virtuais que estão em última geração, substituindo, de maneira bastante prática, grande parte da nossa prática de tiro. Não seria feito tanto tiro com a munição mesmo que seja munição para treino, mas que o virtual já tiraria esse gasto nosso, que é um gasto bastante considerável considerando o efetivo da Guarda e a ampliação do efetivo para mais mil, conforme foi autorizado pelo Executivo há pouco tempo.

Então, além dos móveis, equipamentos eletroeletrônicos que seriam destinados à Academia de Formação. Então, hoje, temos no nosso orçamento um déficit que é de 36.650 milhões, dentro daquilo que a gente expôs contando já com a primeira parcela do BNDES.

Era isso que tinha para falar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Muito obrigado, Secretária.

Temos as inscrições. Primeiro inscrito é o Elcio Kazuaki Niwa, do Instituto de Engenharia. (Pausa). Vamos seguindo. Ana Carolina Cardoso (Pausa). Josivete Pereira da Silva (Pausa), Pedal na Quebrada e Ciclo Cidade. (Pausa) Victor Santolaia Faria (Pausa), Faculdade Paulista. (Pausa). Vanessa Tordinio. Victor voltará. Quando conseguir a conexão, é só nos comunicar. Chamei Vanessa Tordinio. (Pausa)

Wagner Palma Moreira. (Pausa) Wagner?

Não há problema. Nós temos, aqui, presencial, o Maurício Vilar, do Sindguardas, com a palavra, por favor, Maurício. E, em seguida, Fábio Siqueira.

Antes, comunico a presença do representante da Secretaria da Fazenda, mais uma

vez, o Samuel Ralize de Godoy. Muito obrigado, Samuel.

O SR. WAGNER PALMA MOREIRA – Bom dia.

Eu sou Maurício Vilar, Diretor de Comunicação do Sindguardas São Paulo. Aqui, eu estou representando o Presidente Evandro Fucitalo. Cumprimento os Vereadores da Mesa; os meus colegas Guardas Civis Metropolitanos; a Secretária Municipal de Segurança Urbana.

Lá no Sindguardas nós procuramos discutir a necessidade de ter um orçamento da Segurança Urbana compatível com a cidade de São Paulo. E por que compatível? Porque São Paulo é uma cidade impossível de ser comparada com outra cidade. Então, em alguns programas, a gente compara, inclusive, com o Estado do Rio Grande do Sul, porque nós arrecadamos mais do que o Estado inteiro do Rio Grande do Sul. E, nessas comparações, nós verificamos duas coisas. Primeira, o Estado do Rio Grande do Sul possui a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Penal, a Polícia Científica, o Corpo de Bombeiros e só a Polícia Militar do Estado inteiro do Rio Grande do Sul, são 18 mil policiais. Então, além dos policiais civis, do Corpo de Bombeiros, enfim, só a Polícia Militar tem 18 mil policiais. Nós aqui, da cidade de São Paulo, temos 6 mil guardas civis metropolitanos, mais ou menos. Infelizmente, com o retorno de, mais ou menos, uns 250, 330 policiais que foram desaposentados. A Justiça fez uma justiça dura com eles. A Câmara aqui aprovou uma aposentadoria especial, porém o TJ ingressou com ação de inconstitucionalidade. Enfim, tiveram que, depois de transitada em julgado, retornar ao serviço aí. Policiais com 55, 58, 60 anos de idade estão voltando a trabalhar. E onde eu quero chegar com isso? O nosso orçamento, a Secretária apresentou aqui, no nosso ponto de vista do Sindguardas, ele é – e eu vou usar um termo, até forte – ele é ridículo para a cidade de São Paulo, pela arrecadação que a cidade de São Paulo tem. Eu vou trazer algumas informações aqui.

A cidade de Vitória, a cidade de Curitiba e a cidade de Campinas, essas três cidades têm uma coisa em comum: elas têm uma Guarda Municipal maior do que a Guarda Civil Metropolitana. Vou ser chamado de louco, aqui. Alguém vai me chamar de louco: “Como é que pode? Lá, em Curitiba, tem 1.460 guardas e eu ouvi lá um maluco dizer que a Guarda de São

Paulo, com seis mil é menor?” Em relação à população da cidade, é. Em relação à população da cidade, é. Então, eu quero dizer o seguinte: que a proporção lá, que é, mais ou menos, de 1.330 habitantes para um guarda municipal, aqui em nossa cidade, grosso modo, são 2.000. Então, nós temos 2.000 habitantes para um Guarda Civil Metropolitano. Aí, um fala assim: “Tudo bem, característica da Cidade, os problemas”. O PIB *per capita* de Curitiba é de 45 mil reais, enquanto o nosso aqui, da cidade de São Paulo, é de 58 mil. Eu faço até uma brincadeira no nosso programa *Fique por Dentro*, lá do Sindguardas. Eu falo assim: “A cidade de São Paulo é a cidade mais rica do Brasil. E é mentira ou é uma semiverdade, porque a cidade mais rica do Brasil é Paulínia, um PIB *per capita* de 300 mil reais” Então, eles têm bastante dinheiro lá para investir, para ter infraestrutura, enfim. Então, se formos comparar com Paulínia, a nossa situação é bem diferente, né. Mas quando comparamos com algumas cidades aqui da região metropolitana, como Cotia, Caieiras, o nosso orçamento da segurança – não tem outro termo para usar – é ridículo, porque se Caieiras com PIB per capita bem menor que São Paulo consegue investir 5%; Cotia consegue investir 5%, como São Paulo não consegue investir?

Eu sei, Vereadores, que não é tarefa fácil. Nós vimos aqui a CET fazendo um apontamento de que pediu e precisa de mais dinheiro. Vimos a SPTrans fazendo apontamento de que apresentou o orçamento e precisa de mais dinheiro para sua execução, mas entendemos que é possível melhorar. Olhando o orçamento com bastante carinho pode melhorar. A Secretária apontou perfeitamente, a nossa academia é muito aquém do que precisamos, muito, muito aquém, mas não foi essa gestão que montou a academia. Essa academia vem de longas datas, quantos de nós, guardas civis metropolitanos, não carregamos um tijolo para fazer uma parte dela.

Então para uma Cidade do tamanho de São Paulo, com a imponente de São Paulo, acho que é uma vergonha termos a Guarda Civil tão maltratada. Repito, não é de hoje, não foi essa gestão que fez isso. Agora, essa gestão tem o desafio e a oportunidade de melhorar, temos o plano plurianual, acho que se pode prever para que São Paulo possa ter uma relação parecida com outras cidades, como citei, Vitória, que dá mais ou menos mil e quinhentos; Curitiba, mil e

quatrocentos; Campinas dá mil e setecentos habitantes para um guarda, precisaríamos ter mais ou menos uns 10 mil guardas. E obviamente precisaríamos ter um orçamento maior, porque se formos olhar para a periferia, esse número é trágico, porque estamos falando de um número que compõe, por exemplo, essas três unidades que temos na região central, a Inspetoria BR, a Sé e a Consolação/Paulista, acredito eu que deva consumir quase a metade do nosso efetivo.

Então a periferia, por exemplo, lugares que a Guarda Civil Metropolitana teria que policiar 300 próprios municipais, faz isso com quatro, cinco, oito policiais. E quem paga a conta somos todos nós paulistanos, porque hoje você pode estar nos Jardins, morar nos Jardins, mas o dia que estiver passando numa avenida na periferia, sofrer um ataque e não tiver lá um policial militar ou um guarda civil metropolitano para atender, você está pagando a conta.

Então agradeço imensamente a oportunidade, espero que a Câmara Municipal nos ajude e que possamos ter uma Cidade mais segura para o futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Representantes da CET, há uma pergunta da assessora do Vereador Sidney Cruz, membro desta Comissão, passo à leitura: Bom dia a todas e a todos, me chamo Ivete, represento o Vereador Dr. Sidney Cruz, peço a gentileza do Presidente para que possa perguntar ao representante da CET sobre a implantação de semáforos inteligentes e sinalização na Cidade, quais foram as regiões atendidas para a implantação de semáforos inteligentes? Qual o valor executado de 2021 para ações desse tipo? Há previsão para liberação de recursos para atender a demanda da Estrada do Alvarenga ainda neste ano? E qual o valor pretendido para 2022? Se possível também gostaríamos de saber sobre o valor executado neste ano para a implantação de placas, lombadas e demais sinalizações na Cidade, em quais regiões? Desde já agradecemos a atenção e oportunidade.

Conseguiram ouvir bem aí, os representantes da CET? Ok. Creio que sim, qualquer dúvida fazemos novamente a pergunta.

Tem a palavra o Sr. Fabio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Muito obrigado, Vereador Jair Tatto, Presidente desta

Comissão de Finanças e Orçamento. Bom dia, Sr. Relator desta peça orçamentária, Atilio Francisco; Secretária Elza Paulina, da Secretaria de Segurança Urbana; e não darei bom dia ao Sr. Ricardo Teixeira, que está ausente. A Secretaria não informou o motivo da sua ausência desta reunião. Ele foi Vereador por muito tempo nesta Casa e agora, Secretário, deveria saber que existem estas audiências e que, como figura máxima da Secretaria, ele deveria estar pelo menos virtualmente, para dar um “bom dia” de Júpiter, Marte, São Paulo.

Provavelmente, a exemplo de Vereadores que não praticam o Legislativo quando são eleitos e vão para o Executivo, com certeza, estão fadados à derrota eleitoral, como os Srs. Police Neto, Natalini, que foram para as Secretarias e hoje não são mais Vereadores. A população é muito consciente, esperta, em não votar em pessoas que não cumpriram muito bem a sua função.

Então, infelizmente, temos que vir aqui e notar que a Secretaria de Transportes não executa o seu orçamento. Como assim um orçamento bilionário não é executado? Só é executado pela dotação, compensação tarifária, bilionária; que, em 2021, já alcança o recorde de quase R\$ 3 bilhões em 10 meses. Acho que nunca aconteceu isso.

Essa dotação viola a Lei Orgânica do Município, que manda que a dotação seja detalhada na peça orçamentária, e só serve a barões do transporte, que ninguém sabe quem são, dessas empresas que prestam um péssimo serviço à população paulistana.

E eu queria saber qual foi o voto do Vereador, hoje Secretário, Ricardo Teixeira na questão das gratuidades, no final do ano passado, quando houve um escândalo da cassação das gratuidades a pessoas de 60 a 64 anos. A população idosa foi desrespeitada por esta Casa, cassaram um direito adquirido da população, de 60 a 64 anos, de ter ônibus e metrô gratuitos.

Quando será que vão reverter isso? Qual foi o voto do Sr. Ricardo Teixeira nessa questão importante? E falando agora da questão do Orçamento, eu quero saber por que a dotação Corredor Aricanduva, há três anos, é fantasma; ou seja, há três anos, não se executa nada dessa dotação. De 2021, por exemplo: R\$ 6 milhões, e não tem nada executado.

A dotação seguinte de construção de terminais de ônibus também não foi executada,

nem em 2020, nem 2021. E há uma lista no PPA de terminais de ônibus: Rodoviário urbano Itaquera, Jardim Ângela, Bandeirantes, Pinheiros, Casa Verde, Jabaquara. Esses terminais foram entregues? Há quanto tempo não entregam um terminal de ônibus na cidade de São Paulo? Aliás, Pinheiros é uma dotação que não respeita o critério social, porque é um bairro rico.

Tem que fazer terminal de ônibus na região pobre de São Paulo, onde a população anda a pé, é desrespeitada, os ônibus não passam de final de semana. Então, será que essa Secretaria vai servir para rico? Qual a finalidade republicana da Secretaria de Transportes?

Também no quesito acessibilidade, em 2020, a dotação 1096 – acessibilidade e ampliação, reforma e requalificação dos terminais de ônibus: R\$ 6 milhões, e nada executado. Qual a razão disso?

Eu queria saber do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Tem que denunciar. Por que a acessibilidade em transportes não está sendo executada, sendo que tem uma dotação de R\$ 6 milhões que simplesmente foi zerada no ano passado.

Sistema de engenharia geral do CET: R\$ 50 milhões, nada executado em 2020. Sinalização semafórica: R\$ 35 milhões, nada executado em 2020. Projeto de desenho urbano: R\$ 15 milhões, executou R\$ 50 mil, dinheiro microscópico. Corredor Aricanduva “fantasma”, já falei.

E, por fim, uma dotação importantíssima ainda do ano passado: ações de educação de trânsito. Plano de meta: 12 milhões. Nada executado.

Precisamos de uma explicação para isso. As pessoas morrem no trânsito. Eu, quando estava no primário, tive aula de educação de trânsito, sou um bom pedestre. E a população com esses 12 milhões que desapareceram? Não vai ter. As pessoas vão continuar morrendo no trânsito, atropeladas, ciclistas.

Rapidamente, 2021.

Construção de corredores de ônibus: 39 milhões. Nada executado até 31 de outubro último. Dotação 1099.

Vários corredores... A gestão passada tinha o corredor lá de Itaquera. Tinham três

corredores para a Zona Leste.

Aliás, região do Sr. Ricardo Teixeira. Parece que não vai ser executado nada. Ou seja, a gente já teve o Alexandre de Moraes, Secretário de Transportes, na péssima gestão Kassab. Foi uma péssima gestão. A gestão Haddad também uma péssima gestão. Sem falar do vampiro Serra, péssima gestão. Então o problema, como segurança urbana, em de muito tempo. E cada vez vai piorando.

Ações para modernização do sistema de transporte: cinco milhões. Nada executado. Há três anos, essa dotação 3704 não existe.

Serviço de engenharia de tráfego: em 2019, foi zerado.

E do Fundo Municipal de Trânsito e Transporte, de novo. Em 2021, ação de educação de trânsito: 10 milhões de reais, e nada executado em 2021.

Então realmente é uma situação muito complicada na situação do transportes.

João Doria Jr., em sua gestão péssima como Prefeito de São Paulo em 2017, executou 0,05 da dotação de implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos.

E a gestão Bruno Covas também não foi uma boa gestão na área de trânsito e transporte. Não executou os 13 milhões, em 2019, da dotação de (*Ininteligível*), ampliação, reforma e qualificação de terminal de ônibus.

Enquanto nós tivermos pessoas como o deputado federal sindicalista Valdevan 90 no Congresso Nacional, nada vai mudar no trânsito e transporte de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Valeu, obrigado.

Não me consta que alguém se manifestou, dos que estavam inscritos de forma *on-line*.

Então vamos às considerações, às respostas.

CET, SPTrans, Secretaria, quem começa?

Quero agradecer à Amanda e ao Wallace, que são os nossos intérpretes de Libras.

Muito obrigado.

O SR. JÚLIO FERNANDO SILVA – Primeiramente, eu queria agradecer ao questionamento feito pela Sra. Ivete. Ela fez algum questionamento sobre a sinalização horizontal-vertical, colocação de placas e a questão da semafórica também.

Para esse ano, o nosso orçamento para a manutenção da sinalização do sistema viário, que engloba os serviços de colocação de placas, sinalização horizontal e implantação de lombada, o nosso orçamento foi em torno de 79 milhões. De 79 milhões, já foram executados 70 milhões. Nós temos ainda um saldo de 9 milhões para ser executado até o final do ano. Então executaremos praticamente todo o nosso orçamento disponível.

Na sinalização semafórica, o nosso orçamento foi de 45 milhões. Na verdade, tinha sido de 33 milhões, depois houve uma suplementação orçamentária em torno de 9 milhões, totalizando 45 milhões, dos quais nós já consumimos 40 milhões, e temos um saldo de 5 milhões para executar até o final.

Cabe ressaltar que nós pedimos mais recursos para essa dotação semafórica por questões de furtos de controladores semafóricos, de cabos, que têm sido constantes na cidade de São Paulo há alguns anos e tem se intensificado. Então por isso que nós também pedimos a atenção dessa Câmara. Ao analisar os valores solicitadas para a CET em 2022, levem isso em consideração, principalmente porque manter os semáforos em funcionamento na cidade de São Paulo reduz expressivamente a quantidade de acidentes de trânsito. Acho que todo mundo é consciente sobre isso e é sabido por todos.

Ela fez alguns outros questionamentos com relação à implantação de semáforos inteligentes e se há previsão de implantação na Estrada do Alvarenga, como são questões um pouco mais técnicas, eu precisaria conversar com a minha área que faz a execução e o planejamento para poder levantar se tem projeto para esse local que foi mencionado e quais os valores forem aplicados neste ano para implantação de semáforos inteligentes.

Então, a gente está à disposição, não dispomos dessa informação no momento, mas numa oportunidade futura, a gente pode entrar entrando em contato para esclarecer essas dúvidas dela.

Basicamente, com relação a CET era isso. Teve uma outra fala em que foram questionados alguns valores, tanto em 2019-2020, que não foram executados em algumas dotações. Cabe ressaltar que todo orçamento que a CET nos últimos anos, foram completamente utilizados em sua totalidade. Inclusive, foram feitas suplementações orçamentárias porque, ao longo do ano, o recurso aprovado se mostrou insuficiente para as necessidades não da CET, mas das necessidades da cidade de São Paulo. Na verdade, a gente trabalha para a cidade.

Este ano não foi diferente. Nós iniciamos um orçamento e, ao longo do ano, precisamos fazer pedidos de orçamento, nos quais fomos contemplados pela Secretaria da Fazenda, porque o orçamento também se mostrou insuficiente.

Então, mais uma vez, eu peço atenção para que o orçamento que for aprovado no final do ano já contemple as nossas necessidades para que possamos prestar um serviço adequado, um serviço que a cidade necessita em 2022.

- Assume a presidência o Sr. Atílio Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Muito bem.

A próxima pessoa a falar para fazer as considerações finais e responder os questionamentos aqui apresentados, da SPTrans, por favor, pode falar.

O SR. ANDERSON CLAYTON NOGUEIRA MAIA – Sim. Quem vai falar é o Anderson. Queria agradecer a explanação do colega e informar que, no início da gestão, foram feitas audiências públicas que culminaram com as metas da Prefeitura que abrangiam todos os projetos e os investimentos que o colega falou: faixas exclusivas, corredores, terminais, o próprio aquático. Isso vem ao encontro da fala inicial que eu digo, da necessidade que nós temos para concluir esses investimentos.

Dentro do calendário e do Plano Plurianual, estamos na fase de retirar e alertar a nossa necessidade para que, num futuro próximo, nós possamos dar um feedback à sociedade com a conclusão dessas obras, mas, para tanto, precisamos ser atendidos naquele pedido inicial.

O SR. PRESIDENTE (Atílio Francisco) – Mais alguém da Secretaria de Mobilidade Urbana deseja falar alguma coisa? (Pausa) Muito bem. Então, vamos às considerações finais e

à resposta da Secretária de Segurança Urbana, por favor, Secretária.

A SRA. ELZA PAULINA DE SOUZA – Bem, eu acho que todos nós somos sensíveis a todas as questões em relação à segurança urbana, da qual o nosso representante do nosso sindicato elencou aqui.

Com relação ao nosso orçamento: do nosso orçamento solicitado dos 776 milhões com um déficit, mais ou menos, de 36 milhões e 600 – isso não contando com a totalidade da aprovação do BNDES. Eu gostaria de salientar duas questões, Vereador. A necessidade que nós temos de reforma em todas as unidades da Guarda Civil, as quais eu elenquei aquelas que estão em uma situação desprezível, embora neste ano de 2021 nós conseguimos gastar todo o dinheiro do nosso orçamento, que não era muito. Mas, inclusive com as verbas suplementares que nos foi destinada com duas reformas emblemáticas: uma da Inspeção da Sé, que há mais de dez anos estava para ser reformada com um grande processo deteriorando todo o equipamento; e duas unidades que seriam Bom Retiro e o Comando Operacional Centro. Entretanto, nós temos muito mais de 32 unidades na cidade.

Também com relação ao PSUM, que é o nosso Plano de Segurança Urbana Municipal, essa legislação virá logo, em breve se Deus quiser, para o Legislativo para análise e aprovação. Para que a gente possa colocar esse plano em operacionalidade nós precisamos desse valor que elencamos, nove milhões. Uma das características desse plano que nos chama muito a atenção e que é de fato uma coisa que a Secretaria tem defendido é a questão de a Guarda Civil Metropolitana trabalhar, em especial, com jovens da periferia em apresentação, apresentando aquilo que é a Guarda e trazendo um curso preparatório para guardas municipais. Dessa forma, a gente desperta na sociedade um senso de corresponsabilidade com relação à segurança, aquilo que as instituições fazem na cidade de São Paulo, trazendo, então, um pouco dessa consciência e daquilo que nós podemos fazer, que é possível dentro daquilo enquanto cidadão.

E, num terceiro momento, é a nossa Academia de Formação. Ela realmente necessita hoje para a gente conseguir verba, fomentos do Governo Federal. A gente precisa

ampliar a nossa capacidade na Academia, não só de alunos, mas também de formação. E para que a gente possa fazer isso precisamos trazer à luz uma academia em condições de receber esses alunos e esses agentes, até de outras cidades para a formação e capacitação naquele lugar.

Ademais, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui defendendo o nosso pleito e desejar a todos os senhores um bom dia. Eu sei que não é fácil trabalhar com o orçamento, porque é pior do que na casa da gente. E a gente sabe como funciona na casa da gente, inclusive. E aqui é uma grande Casa, mas quero desejar sorte para todos nós.

Obrigada e bom dia.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Secretária, obrigado.

Eu queria agradecer aos representantes da CET, da SPTrans e da Secretaria, porque nós imediatamente agora já estamos na tolerância do tempo. Temos de desmontar, digamos assim, essa sala para abrimos a reunião ordinária da Comissão de Orçamento e Finanças. Em seguida, haverá outra audiência. Muito obrigado, Secretária e representantes. Não vou citar todos, porque nem tempo dá, mas da CET, da SPTrans e da Secretaria dos Transportes.

O nobre Relator está aqui para receber da população, dos munícipes, todas as reivindicações possíveis necessárias.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO - Exatamente. Quero aproveitar para falar que estamos trabalhando na primeira análise para a primeira votação. Então, há um prazo ainda até o final do mês para as pessoas apresentarem as suas demandas à Câmara Municipal, para o gabinete no décimo andar, sala 1010. Inclusive, Secretários e companheiros de Secretaria da SPTrans, tal, também poderão apresentar as suas demandas, pois faremos uma análise.

Temos conexão direta com o Secretário da Fazenda e iremos expor as necessidades que vocês apresentarem e ele, então, possivelmente vai averiguar e disponibilizar o recurso ou não. Porque o meu papel eu cumpro, eu faço aquilo que é preciso fazer e procuro atender da melhor maneira todos os setores do município, principalmente as demandas advindas da

população, que participaram das audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Muito obrigado, nobre Vereador Atilio Francisco, nosso Relator. O Vereador Alfredinho está conosco também nesta audiência. Amanhã o tema será cultura.

Obrigado a todos e a todas.
